

Instituto Benjamin Constant: 160 anos de inclusão

Maria da Gloria de Souza Almeida¹

No processo evolutivo das civilizações, percebe-se a incessante busca pelo homem de uma fonte geradora de respostas a seus múltiplos anseios. Havia a premência absoluta por encontrar-se um ponto de apoio no qual se assentassem as mais profundas instâncias daquele ser em formação, instâncias instigadas, ainda que por sentimentos díspares cuja dicotomia entre desejos e necessidades provocasse mudanças de atitude, deflagradas pelo desenvolvimento de sua imaginação.

Do conflito surgiam novos comportamentos, apareciam novos estados mentais, que, como molas propulsoras, animavam aquele "sujeito" nascente, pondo-o rumo à descoberta e ao alargamento de suas potencialidades física, psíquica e intelectual.

Na efervescência do contraditório, na procura de índices identitários, o elemento humano construiu-se. A verdadeira humanidade, todavia, somente afloraria quando o espírito animasse sua consciência.

Nos primórdios civilizatórios, o homem debatia-se em meio ao desconhecido. De-frontava-se, ao mesmo tempo, com intrigantes dúvidas e infinitas possibilidades, fazendo-o viver em constante tensão. Mas o impulso inconsciente da autopreservação conferiu-lhe a força indômita da resistência, força essa que o impelia à luta sem reservas ou projeções calculadas. A imprevisibilidade e o imponderável ladeavam-no na trajetória de construtor de si mesmo. Rasgou horizontes, abriu espaços, dominou medos, criou códigos, fixou regras, estabeleceu representações, venceu o inóspito, ganhou expectativas.

Na vigorosa construção da humanidade, mecanismos internos fortaleceram-se, práticas diversas instalaram-se. O universo interior do homem afigurava-se tão complexo e extraordinariamente grande quanto o universo das coisas concretas e palpáveis.

¹ Doutoranda em Literatura, Cultura e Contemporaneidade no curso de Letras da PUC-Rio (2012), é pós-graduada pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio, 1992) e mestre pela PUC-Rio (2011) com o tema "A literatura como elemento de construção do imaginário da criança deficiente visual". Tem experiência na área de educação com ênfase na temática da deficiência visual. Foi designada em 2002 para compor a Consultoria Técnico-científica da Comissão Brasileira do Braille, atuando como professora regente das classes de alfabetização e de língua portuguesa do 6º ao 9º anos e do Curso de Capacitação para Professores da Área da Deficiência Visual. Desde 2003 chefia o Gabinete da Direção-geral do IBC.

A história nos revela como as culturas, com suas diferentes origens e em diferentes épocas, trabalharam a estruturação e o incremento do imaginário humano. É essa uma questão instigante por trazer à tona a compreensão exata da evolução do pensamento criador e reflexivo. A interpretação de fatos, o desvelamento de fenômenos materiais e imateriais e o ímpeto experimentalista fizeram-se imperativos. O homem necessitava que suas incertezas e interrogações fossem aclaradas. As explicações acerca da tênue e complexa urdidura que compõe a teia da existência buscavam soluções capazes de suprir lacunas e aplacar angústias. O pensamento lógico, conjuminado com a imaginação, modificava-se. Uniram-se homens, formaram-se comunidades, organizaram-se cidades, expandiram-se territórios. O homem inventou instrumentos e máquinas, criou estruturas sociais, derrubou sistemas políticos, descobriu continentes, concebeu teorias científicas, formulou correntes filosóficas, gestou ideologias, mergulhou nas artes.

O aspecto imaginativo, fator de ebulição das emoções e sentimentos, trouxe à humanidade o vislumbre necessário para que pudesse projetar o desenho do próprio futuro. Mitos e deuses guardavam seu cotidiano e ditavam suas ações. Aqueles seres extraordinários e incontestes transmitiam-lhe coragem para travar duros embates, clarividência para deslindar enigmas, capacidade de "ver" através do invisível. As narrativas providas das vozes daqueles tempos primitivos mostraram-se como verdadeiros ensaios de vida.

Desde as sociedades mais remotas, o homem conquistou posições e levou adiante ideias e procedimentos, tendo por conduta-padrão a força e o poder. Era a supremacia do mais forte sobre o aniquilamento do mais fraco. O arcabouço de uma nova era, de um novo ser firmava-se na eliminação do "outro" que se fazia obstáculo e entrave aos interesses mais imediatos. Na crueza de confrontos desiguais, o vencedor deitava raízes, e o vencido seguia à margem do grupo social que se estabelecia e à margem de si próprio.

Como entender a pessoa com deficiência ou outros impedimentos em um quadro tão hostil e excludente? As desvalias eram punidas com rigor. O enclausuramento e o alijamento social tornavam-se penas inclementes a que as pessoas com deficiência eram submetidas. Não havia lugar para aqueles que nada podiam, nada produziam. A negação e o amesquinhação desses homens decretavam-lhes sua inumanidade. Em algumas sociedades muito antigas, esses mesmos homens eram feitos escravos, e as mulheres, levadas à prostituição. Os cegos não escapavam à exclusão e ao banimento social. Os cegos não iam à caça, não pegavam em armas, não combatiam os inimigos usurpadores. Essas sociedades castigavam sumariamente com a morte os que nasciam sob o estigma da incapacidade, pessoas que logo se transformariam em fardo pesado para a comunidade que procurava a ascensão. Entretanto, um fato curioso chama-nos a refletir. Ao correr dos tempos, a figura do cego passou a ter uma representação que saía do contexto consagrado às demais deficiências. Ele era percebido como alguém dotado de poderes extraordinários. Dons mágicos de premonição e profunda sabedoria. Era um ser mitificado no qual

sua cegueira física abria-lhe uma via de luz que irradiava um conhecimento quase divinatório. Mais um grande equívoco. Essa visão distorcida ganhou corpo e fortes tintas, sendo explorada por longos períodos. Nessa representação, vemos a manifestação clara da densidade interior que produzia um universo interno mais largo e reflexivo. O cego não era um ser extraordinário, era um ser com capacidade de interpretar o mundo das ideias e penetrar no contexto que o rodeava.

Os séculos avançaram, e as mudanças, ainda que vagarosas, já mostravam sinais. A partir do Renascimento (século XVI), começava a vigor uma nova ordem. Viviam-se o pensamento que emanava do humanismo. Alguns humanistas, como Juan Luis Vives, Thomas More e Erasmo, discutiam a condição verdadeira de um cego crescer em erudição tanto quanto ser um elemento ativo na economia por meio do trabalho.

No século XVII, filósofos e escritores voltaram-se para a temática da cegueira, levantando hipóteses que colocavam o cego no caminho do conhecimento. No entanto, aquelas incursões, embora importantes, tiveram tão somente um cunho teórico. Escritores como Jean Locke, William Molinet, Etienne Condillac e os enciclopedistas Diderot e Voltaire, entre outros, produziram obras de efetiva valia. Consideramos essas iniciativas o prenúncio de uma postura aberta que haveria de concretizar-se no século XVIII, quando pela primeira vez falou-se na necessidade de uma educação direcionada às especificidades da pessoa cega. Era Jean-Jacques Rousseau que levantava tal possibilidade, que, mais tarde, se converteria em direito irrefutável.

Corria o ano 1784. Em Paris, Vallentin Haüy, um filantropo francês, inaugurava a primeira escola para cegos no mundo: o Real Instituto dos Jovens Cegos. Uma nova história principiava a ser escrita.

Em 1819, matriculou-se no Instituto de Paris o menino Louis Braille. Em 1825, aos 16 anos, Braille apresentava seu código de escrita e de leitura.

O obscurantismo em que vivera o cego durante séculos dissipava-se. A luz regeneradora do conhecimento entrava na existência de pessoas que, após a criação do Sistema Braille, tomavam nas próprias mãos as rédeas de seu destino por meio da educação, da cultura e do trabalho.

Na vertiginosa ação do tempo, chegamos ao ano 2014. Os registros históricos alinham-se na memória, compondo um magnífico painel no qual podemos ler nosso passado, encontrar nossas raízes, compreender nossa identidade - 160 anos de educação; 160 anos de promoção humana; 160 anos de ascensão social.

Os ecos longínquos do século XIX não se calaram, ainda ressoam nítidos nos compromissos que cumprimos, na crença viva que nos anima, na intransigência benfazeja do trabalho profícuo.

Faz-se imprescindível retornarmos ao ano 1844. Naquela ocasião, partia para a França um menino cego de apenas 10 anos de idade. Ele ia ao encontro de uma realidade que poucos conheciam, mas que sua família e amigos puderam oferecer-lhe. O menino iria estudar; era o reconhecimento cabal das reais possibilidades que tinha José Álvares de Azevedo, que se afastava do convívio familiar à procura de seu crescimento humano e intelectual.

No Instituto dos Jovens Cegos de Paris, Azevedo preparou-se. No período de seis anos em que lá ficou, desenvolveu capacidades, adquiriu saberes, amou a cultura. O projeto de vida que lhe fora destinado florescera no êxito de seus estudos. Dali em diante, Azevedo trilhava o caminho da doação e da partilha.

Em 14 de dezembro de 1850, voltava ao Brasil. Com um sólido acervo de conhecimentos e a vontade férrea de criar uma escola para cegos no Rio de Janeiro, Álvares de Azevedo lançou-se ao trabalho e passou a dar aulas particulares e a escrever livros; inclusive tinha seus artigos publicados nos jornais da Corte. O espírito idealista de Azevedo não esmorecia. A escola nos moldes do Instituto parisiense não era um mero sonho; era, antes, uma realização interna, o desejo de legar à sua cidade uma instituição educacional que desse à criança cega brasileira a rara oportunidade de instruir-se em um tempo em que a educação era privilégio de poucos.

Álvares de Azevedo brilhava com sua personalidade tenaz e inteligência arguta. Conheceu a menina cega Adélia Maria Sigaud e veio a dar-lhe aulas. A menina era filha de Xavier Sigaud, médico do Império. O dr. Xavier Sigaud e outros eminentes membros do governo imperial entusiasmaram-se pelo jovem e conduziram-no à presença do imperador d. Pedro II. A força e a competência de Azevedo corporificaram-se nas ideias exibidas ao imperador. D. Pedro, com sua sensibilidade e largueza intelectual, adotou aquela proposta ousada cuja essência humanística só poderia emergir da consciência de homens livres das amarras do preconceito.

17 de setembro de 1854 - nascia o Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Vicejava o ideal de José Álvares de Azevedo. Por estranha artimanha da vida, ele não assistiu à inauguração de sua escola, pois morrera seis meses antes de sua criação, em 17 de março de 1854.

São 160 anos de história. São 160 anos de lutas pela afirmação da pessoa com deficiência visual. O pioneirismo que ostentamos como matriz da educação para cegos na América Latina é galardão que nos pertence e nos faz vibrar quando a antiga escola da praia da Saudade se renova e incorpora outros perfis; quando a antiga escola da praia da Saudade se revela contemporânea e vivifica sua vocação primordial: a capacidade de transformar-se sem perder sua verdadeira essência.

Homens brilhantes forjaram nosso trajeto. Uma galeria de nomes importantes guarda a memória da edificação de uma obra que não está circunscrita a uma data ou simples comemoração. Nosso patrimônio espelha a grandeza de um trabalho que se torna ímpar, pois agrega valores que não se perdem na vertigem danosa dos conceitos voláteis, portanto descartáveis. Educação, arte, cultura, eis o trinômio que sustenta nosso poder criativo que esparge por toda parte a verdadeira feição de nosso velho Instituto - lúcido nos propósitos, íntegro na inteireza das ideias, formador de homens produtivos, gerador de saberes e disseminador de conhecimentos, fato que propiciou ao Brasil encetar a caminhada pela trilha da inclusão.

São muitas as gerações que precisamos reverenciar. São muitos os vultos históricos que necessitamos manter vivos e pulsantes.

Xavier Sigaud, Couto Ferraz, d. Pedro II, Benjamin Constant Botelho de Magalhães integram o grupo de homens decisivos que compõem a concretude do ideal gestado por José Álvares de Azevedo: a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos. São figuras que pertencem a nosso acervo institucional e afetivo, merecem as mais caras honrarias. Contudo, paira sobre todos a aura luminosa de Azevedo.

O ideal dos grandes homens centra-se no bem coletivo.

A você, Álvares de Azevedo, nosso eterno reconhecimento.